

O OBJETO DA PSICANÁLISE E A IDENTIFICAÇÃO

Regina Steffen

O objeto da psicanálise é metonímico, isto é, desloca-se pelos diferentes estádios da pulsão, mas ao deslocar-se, ao encarnar-se em diferentes substratos (seio, fezes, pênis, voz e olhar) ainda assim, é sempre o mesmo. Essa característica paradoxal de ser único e, ao mesmo tempo, sempre outro, se deve ao fato de esse **objeto** ser, na economia subjetiva, um **significante**.

Um significante que não está submetido à lei da contradição, eis o que a lógica traz de novidade ao empregar o significante na Teoria dos Conjuntos. Ali, o significante é o próprio suporte da contradição, de modo que A é utilizável como significante, na medida em que A não é A.

Utilizada como significante puro, a letra em si mesma “tem poderes, [constituindo] um princípio motor”¹, constata Lacan, observando que a abordagem da dimensão significante da letra ampliou enormemente a potência criativa da matemática que se encontrava estagnada (de Aristóteles até Kant) pela manutenção de uma lógica formal que, curiosamente, ignorava sua condição simbólica, presa que sempre esteve da dimensão do significado (a dimensão do sentido) em detrimento do significante e suas propriedades.

Quando o objeto do desejo aparece como significante ele não é senão letra (objeto *a*), tendo sido alçado à condição de significante puro por um processo de metáfora capaz de dotá-lo de sentido: seu significado é fálico. Ser fálico significa que ele é o significante da falta. Trata-se, então, de um significante que, nomeando a falta de objeto, se torna, ele próprio, um objeto. Essa mágica de transformar o objeto em objeto fálico se deve ao poder da linguagem, daí que para nós falantes, desejar o seio não se reduz à expressão de uma necessidade biológica por sermos mamíferos. O objeto oral vale não por ser mamário, mas por ser fálico. Habitado pelo vazio da Coisa, o que ocorre pela ação da linguagem, o objeto que causa o desejo, é erótico, quer dizer: encaminha a vida pela força do desejo e não por razões naturais, atinentes à necessidade física.

Seja qual for a forma que o objeto do desejo assuma imaginariamente, é sempre como fálus que ele faz desejar: “eis a metáfora na qual estão presas todas as identificações articuladas da demanda do sujeito”², afirma Lacan. Decorre disso, que o seio erotizado não mais é mamário, é fálico. O próprio pênis se torna fálico no estádio edípico, sendo apenas por isso que, embora ele seja parte do corpo da criança, acaba sujeito à ameaça de castração. É bastante óbvio que não é o pênis que está sujeito à castração, sendo o fálus (o pênis erotizado, falicizado) que entra na dialética do **ter ou não ter** e do **ser ou não ser**, servindo, então, à sexualização do ser falante.

¹ Lacan, J. *Seminário 12 – A Identificação*, lição de 24/01/1962. Inédito.

² *Idem, ibidem.*

“É na disjunção do a e do $-a$, lugar onde o sujeito vem se alojar, que a identificação tem que se fazer com esse algo que é o objeto do desejo”³. Encontramos aqui a conexão objeto/identificação.

“O fálus vem no mesmo lugar onde o seio estava como função simbólica”⁴. Essa afirmação parece postular o desenvolvimento libidinal de modo linear, num movimento temporal diacrônico, primeiro o seio, depois as fezes, e, só então, o fálus. Nada mais oposto à temporalidade que a psicanálise revela no funcionamento psíquico, cujos movimentos descrevem a causalidade retroativa do ato.

De fato, a dimensão fálica de todo o corpo só se estabelece definitivamente para a criança nas vivências do período edípico, quando a falta se implanta em seu corpo próprio, trauma que se denominou “castração”. Esse evento psíquico, linguageiro, promove a passagem do *infans* ao ser falante – entendendo-se por ser falante não só aquele que é capaz de repetir palavras, mas aquele que sabe fazer uso da língua. Essa passagem é puro ato de linguagem. Trata-se da metáfora que substitui o sujeito que ainda não era, por aquele que, através desse ato, se constitui no mesmo instante de seu desaparecimento: sujeito barrado, riscado fora, puro efeito de linguagem, sujeito dividido entre seus ideais (seu eu consciente) e o vazio que o simbólico implanta no real, esse Outro de si mesmo do qual ele nada quer saber (o sujeito do inconsciente). O objeto a (objeto causa do desejo) é um **significante** que representa o sujeito para qualquer outro objeto que, por esse ato metafórico, também se torna significativo. O significado que essa metáfora produz é o fálus. Justamente por gravitar na falta, o fálus opera numa gramática na qual se você **o** é não pode **tê-lo** e **tendo-o**, não pode **sê-lo**. Nenhuma das possibilidades combinatórias da gramática fálica, é completa; sempre falta algo para a conta fechar.

É esse significante fálico que retroage para o lugar em que o seio estava como função simbólica, falicizando-o. Esse movimento circular do tempo constitui a temporalidade no qual a linguagem opera no inconsciente, dotando de caráter fálico os objetos primitivos, aqueles que transitaram pela vida do *infans* antes mesmo de demarcada a fronteira entre o eu e o outro. A falicização transforma o objeto da demanda (aquele que é possível pedir, demandar) em objeto do desejo (aquele cuja falta faz desejar).

Fato é que tal fronteira não espera a criança atingir o Édipo e seu drama, para existir. Ela é fronteira linguística, presente na estrutura simbólica. A falta, o buraco, é condição estrutural da linguagem. A criança já nasce imersa na linguagem; sua mãe lhe oferece, desde a primeira mamada, o mundo humano, a língua materna. O fálus, objeto do desejo, já está posto de saída nesse filho-fálus que ela acolhe. A criança entra no mundo como o fálus materno reencontrado. Há, no Outro materno, o registro, o traço desse reencontro. Desde o princípio, é por esse traço, por esse registro da ordem da escrita que a criança se identifica, se localiza no mundo, no Outro. A criança já nasce marcada como objeto do desejo do Outro, e essa marca constitui sua primeira e única referência de localização, de identificação. Trata-se do

³ *Idem, ibidem.*

⁴ *Idem, ibidem.*

que Lacan chamou de traço unário, um traço do Outro que marca a unicidade desse reencontro de objeto que a criança representou para a mãe. Essa é a única referência que a criança tem para se identificar primeiramente. Para a mãe, o filho é um objeto reencontrado de sua própria história edípica. A criança representa para ela o signo desse reencontro; ou quase... Sempre resta uma distância, nunca recoberta, entre o objeto esperado e aquele encontrado. Mas, a mãe “suficientemente boa”, acolherá o filho, ainda assim, com a alegria e o júbilo de seu objeto reencontrado. Ela lhe atribuirá valor fálico, designando-lhe um lugar em sua economia desejante.

Para a criança, ainda não existe diferença entre ela e o outro. A criança sequer sabe que o seio que a alimenta se situa em outro corpo. Ainda não há o registro de outro corpo, nem tampouco de seu próprio. Sua vivência se restringe a sentir o desconforto da fome, o vazio do estômago. Ao seu choro alguém acode com palavras, olhares, sorrisos, odores, algo se introduz em seu corpo e o desprazer dá lugar ao prazer da satisfação e de novo a boca fica vazia, de novo um desconforto vai se implantando aos poucos e o ciclo recomeça. Vazio/cheio, desprazer/prazer e o traço no Outro do encontro sempre renovado com a criança. Há um traço que, no Outro materno, designa a criança.

O encontro assim marcado por esse traço unário, especifica aquele filho, aquele evento singular e nenhum outro. Esse traço constitui a base mais primitiva da identificação subjetiva, indicando o lugar e a vez que aquela subjetividade, aquela singularidade se deu, marcou-se. O traço unário funcionará, para o sujeito, como cicatriz a indicar que ali houve um corte e uma sutura e, sendo marca a ser lida, interpretada, ele é linguagem, significante. O nome próprio se enraíza aí. A cada vez que seu nome a convoca, a criança, tenta responder desse lugar. Porém é impossível decidir o sentido de um significante sozinho. A letra, em si, não significa nada. Será preciso que outro significante apareça, trazendo a novidade da articulação significante. Antes disso, a criança se empenhará para responder do lugar do objeto materno, encerrada num mundo onde só existem a mãe e ela, onde só aparecem significantes únicos, versões diferentes e diversas do mesmo sem sentido.

Nesse universo linguístico primitivo, o seio irá primeiramente ocupar o lugar da **função simbólica**, introduzindo a criança nas engrenagens do universo simbólico.

Para a criança, o seio não é ainda um objeto, pois ainda não se estabeleceu para ela a diferença eu/outro. O seio constitui o ponto da vivência do par de opostos: presente/ausente, pleno/vazio, prazer/desprazer. Nesse mundo binário primitivo, o vazio (a fome, por exemplo) assim como a satisfação (a sensação de preenchimento depois de alimentado pelo seio materno), ou seja, as vivências de desprazer e prazer, estão à mercê do Outro materno, seja pela prematuridade do bebê humano, seja porque o seio alimentador não pertence ao corpo da criança, quer seja menino ou menina. Em relação ao seio, não se põe a questão do ter ou não ter, e isso pelo simples fato de que ninguém tem em seu próprio corpo um órgão que produza e lhe forneça alimento. Nem a mulher, nem o homem têm um órgão que alimente seu próprio corpo. O seio, como fonte de alimento, está desde sempre perdido para todos os seres humanos.

Um parêntese aqui para lembrar que a tese feminista de que a psicanálise é machista por não ter estabelecido o ponto da diferença dos sexos no seio, em vez de localizá-la no pênis, constitui equívoco insustentável, evidenciando leitura equivocada da psicanálise. Tal tese feminista denuncia o pretenso caráter falocêntrico da psicanálise, argumentando que a mulher tem seios, não sendo, portanto, justificada a escolha do pênis como única marca da diferença entre os sexos, a não ser pela postura machista de negar protagonismo à mulher. Esse erro grosseiro decorre de tomar o corpo apenas por sua imagem, ignorando a dimensão simbólica na qual o ser humano está mergulhado por causa de ser falante, e isso desde antes de seu nascimento.

A linguagem sempre nos precede. O sujeito com o qual a psicanálise lida é o sujeito do inconsciente; trata-se da subjetividade e não da pessoa ou do indivíduo social. Para a psicanálise importa o ser falante e as consequências subjetivas do fato de falarmos.

No mundo do ser falante, o seio, além de alimentar a criança, desempenha para ela desde o princípio, outra função. Ele é aquilo através do que a criança experimenta o movimento alternante da presença e da ausência que constitui a essência da função simbólica. O espaço aberto por essa alternância, cria para a criança o vazio no qual a dimensão simbólica opera, dotando a criança do solo fértil para que num tempo futuro, ela também possa fazer uso da linguagem.

A função simbólica uma vez marcada por essa alternância, mergulha a criança num enigma a ser decifrado e num objetivo a ser alcançado: como garantir que esse Outro todo poderoso, que possui isso que ninguém mais tem (um órgão que alimenta), faça parte de meu corpo? Ou, o que vem a dar no mesmo: como faço para fazer parte integrante do corpo onipotente do Outro? Onde está o objeto perdido, cujo reencontro preencheria o vazio aberto por essa alternância? Tal é a equação que toda criança se propõe a resolver. Dedicar-se a integrar o corpo da mãe a fim de tornar seu próprio corpo completo, constitui o desejo incestuoso que move a criança. O desafio de resolver esse enigma acompanha seus primeiros anos de vida, sua primeira infância.

O final da primeira infância é marcado pela constatação da irremediável incompletude materna: trata-se da dolorosa verificação de que nem mesmo a mãe tem um corpo assim completo a ponto de não lhe faltar nada: o corpo da mãe tampouco se auto alimenta e, sobretudo, não faz filho sozinho. O pai, essa pessoa que tem estado há bastante tempo na vida da criança, começa a aparecer como **função**. Ele deve ter parte nisso da reprodução, afinal a criança existe, nasceu de um pai e uma mãe. Essa constatação do pai como tendo função, independe de sua presença física, pois de todos os modos sua existência está marcada pela linguagem.

Descobrir a incontornável verdade da incompletude materna, desespera a criança. O trauma que se apresenta a ela é o de seu desamparo ante esse Outro que se mostra castrado. O grande Outro não existe, constata a criança que, então, passa da proteção que sentia por contar com um Outro onipotente, ao desamparo frente ao outro. A esse fato traumático se soma uma possibilidade fantasiosa também horripilante: a

mãe pode engoli-la a fim de se preencher. A própria vida da criança parece ameaçada por essa mãe, agora, desejante (sinônimo de castrada, habitada por uma falta). A criança descobre que seu desejo **pela** mãe se redobra por um desejo **da** mãe. Na lógica dual na qual a criança viveu até este momento, não há lugar para dois ao mesmo tempo, resumindo-se tudo a um mortífero: ou eu, ou o outro. Se um é, o outro é não, ou seja, está negativado. Não há uma verdadeira alteridade. A diferenciação se faz entre o eu e o não-eu. Se alguém é “eu”, eu sou “não”. Nada garante a diferença absoluta, que institui o eu e o outro, sem que um ameace a existência do outro.

A salvação da criança nesse momento de sua vida psíquica (o período edípico, a fase fálica) é a entrada de um terceiro termo nesse mundo até aqui fechado a dois.

A chegada do **pai como função**, vem alterar essa dialética, introduzindo a metáfora como mecanismo capaz de produzir sentido lá onde só havia enigma, impasse. A simples existência do pai como função, nomeia o desejo materno. Tal nomeação se faz quando a criança percebe que o desejo da mãe se dirige ao pai, o que libera a criança desse lugar colado à mãe, lugar que agora se torna causador de extrema angústia. O preço a ser pago por essa alforria é a perda da mãe como objeto de desejo, dito de outro modo, a salvação que o pai traz implica que a criança aceite perder o gozo de completude ao qual havia se dedicado até aqui. Trata-se de um desvio do gozo, um adiamento, uma perda de gozo que se salda por um ganho de saber, saber que todos somos castrados, que o Outro onipotente não existe. Isso se viabiliza por meio do efeito da linguagem, do efeito da metáfora como produtora de sentido. Uma metáfora que simbolicamente substitui o significante do desejo da mãe pelo significante do nome do pai. Todavia, é como se uma narrativa elaborasse esse ato puramente simbólico. Como se o pai dissesse: “eu sei o que sua mãe quer. O nome do que ela deseja é fálus. Eu tenho o fálus, você não precisa se empenhar para ser o fálus que falta a ela. Ela é sua **mãe** e minha **mulher**. Deixe a mulher comigo”. O pai inventa a mulher para além da mãe ao criar (designar) a mulher como objeto de seu desejo. No mesmo ato, o homem, se inventa pai. Pai é essa criação para além do homem. Pai é uma função puramente simbólica, um nome a indicar que no universo humano a cultura se sobrepõe à biologia, ordenando os laços de acasalamento. O Pai (não o homem) é uma invenção simbólica, uma invenção cultural. A mulher também é uma invenção cultural, refiro-me à mulher do pai, aquela que está em questão no período edípico, aquela sob a qual recaí a interdição paterna: “está é minha mulher, você não pode desejá-la como mulher; todas menos esta”. Todo esse episódio realiza uma volta a mais do simbólico que, deste modo, se torna mais complexo: um arranjo a três, em presença de um quarto - o fálus que agora circula, significante tornado objeto, puro nome, mais nada: o nome do nada. Toda a dinâmica fálica se desenrola em torno do **ter e não ser** e do **ser e não ter**. Ela se dá naquele tempo da vida da criança, no qual a diferença sexual está sendo constatada e estabelecida no nível simbólico. Aqui, o pênis valerá como índice da diferença, e de uma diferença complexa que envolve a diferença simbólica entre mãe e mulher, e entre homem e pai, envolvendo também quatro posições entorno do objeto fálico. A criança agora se subjetiva no mesmíssimo ato em que se sexualiza. Tornar-se sujeito é assumir uma posição lógica (não psicológica ou sociológica) de um dos dois lados da sexuação: o lado Homem congrega quem tem e não é o fálus, o lado Mulher inclui quem é por não portá-lo. Ser homem ou mulher

entre os seres de linguagem, decorre de uma posição lógica singular, fruto de uma identificação decidida na cena edípica e orquestrada pela castração. Processo inteiramente submetido à lógica simbólica, comandado imaginariamente pelo ciúme e sustentado pelo real impossível de ser inteirado.

O pênis se presta à perfeição para essa problemática, pois diferentemente do seio alimentador que falta em todos os corpos, ele está presente no corpo do homem e ausente, no da mulher. Ele se torna, assim, o símbolo de uma perda possível e essa ameaça afeta diretamente o corpo da criança, seja pelo risco da perda, seja pela dor de estar desprovida dele. Note-se que a falta, a perda, está presente em ambos os sexos, expressando-se de modo díspar entre eles. Essa disparidade entre o que se constitui como sexualidade feminina e masculina, coloca a sexualidade (e não a genitalidade) no território da diferença absoluta, irreduzível, não complementar, já renunciando o impossível de a relação sexual fazer um de dois.

Outro forte componente da pregnância fálica e do risco que sua perda causa, é o fato de o pênis ser fonte do prazer sexual, o maior prazer de que se é capaz. Questão que também concorre para trazer o pênis para a linha de frente nesse período da vida. A atividade masturbatória das crianças nesse período, situa o pênis e o prazer que ele proporciona, no mais alto ponto de interesse delas. O clitóris na menina proporciona o mesmo prazer. Ocorre que a desproporção do tamanho entre esses dois órgãos e a descoberta de que seu pequeno órgão não vai crescer, sugerem à menina que ela tem menos prazer que o menino. A importância do prazer sexual masturbatório nesse período da infância, estabelece o valor de potência (potência de produzir prazer) que se atribui ao fálus. O medo de perdê-lo (no menino – angústia de castração) e a inveja fálica (na menina – por nunca ter tido), constituem o motor da sexuação que se estabelece em torno do fálus significante em ambos os sexos. Um único significante opera na castração; não há outro.

Para os meninos, assim como para as meninas, a mãe está interdita, significando que a criança deve desistir de ser o falo que complementaria o corpo materno. Em ambos os casos o **corpo próprio** se constitui. Só a partir da vivência de castração a criança têm um corpo próprio, corpo de linguagem, único com o qual o ser humano vive, exilado da natureza, marcado por uma incontornável falta de completude. A falta, o buraco a partir do qual o sistema simbólico opera, agora faz parte do corpo da criança, marcando sua própria carne e, com isso, habilitando o sujeito a falar, a fazer uso da linguagem.

O falo é o significante da perda exigida da criança nesse tempo do Édipo. Ele representa o impossível da completude, pois a perda está dada desde sempre; a mãe como objeto de desejo e gozo está interdita para ambos os sexos. Todos somos castrados, a começar do Outro materno. Uns terão que se virar com ter o fálus, mas não sê-lo (os homens), enquanto os outros, por não o terem, serão o fálus (as mulheres) e como tal representarão o objeto de desejo dos homens. Dizer que as mulheres são o fálus para os homens, exprime a essência da fantasia, produto do recalque do desejo de ser o fálus materno, de ser o garantidor de sua onipotência. Uma vez estabelecido esse recalque pela interdição edípica, ou dito de modo

simbólico, pela produção da metáfora paterna, aquilo que desaparece (o significante do desejo materno) reaparece na fantasia como objeto do desejo, como significante fálico, nome do desejo materno perdido. Os homens portam o fálus apenas como seu representante, eles não o são. Se a potência inquebrantável que o fálus representa não se encarna em seus corpos a não ser pelo tempo fugaz da excitação sexual até a detumescência do pênis depois do orgasmo, então o tal fálus deve estar escondido em algum lugar. Vai ver está lá nas entranhas da mulher. Os homens, com seu desejo afirmam que o fálus é a mulher, que por sua vez, não tendo desistido de encontrá-lo, o localizam no invejado pênis do homem e no filho-fálus que ele lhe provê. Nessa espécie de jogo de passa anel, homem e mulher simulam, um para o outro e também para si mesmos, a posse do fálus. O homem deseja o fálus que a mulher é. A mulher deseja o fálus que o homem **tem**. Note-se o descompasso dos desejos.

No tempo do Édipo, está em jogo uma parte do corpo da criança e não do corpo da mãe como era o caso do objeto oral. Trata-se de um pequeno apêndice que umas crianças têm e outras, não. Digo “apêndice”, pois isso que é desejado e invejado, apoia-se apenas imaginariamente no pênis. O objeto, cuja perda está em jogo na castração, é um objeto imaginário. Lacan define a castração como uma perda simbólica de um objeto imaginário. Nada falta ao corpo da menina e o fato de não ter pênis não significa que em seu aparelho reprodutor falte o que quer que seja. O corpo que está em jogo na constituição do sujeito humano, o corpo sempre incompleto com o qual o sujeito falante vive, é um corpo de linguagem, corpo simbólico, falicizado, ou seja, marcado por uma perda **estrutural** a partir de onde o **significante** fálico opera como **objeto** causa do desejo. O pênis se torna fálus justamente porque esta parte do corpo pode ser (imaginariamente) perdida, ou já foi, fato atestado pelo corpo da mulher.

Sobre o seio não recai a ameaça de perda do mesmo modo. Todas as crianças perdem o seio sempre, mais que isso, o seio sempre foi perdido, nunca tendo existido como parte do corpo da criança. Ele não está no corpo do menino, nem no da menina, comparecendo apenas no momento da amamentação. Porém, será apenas na fase fálica, diante de todo seu drama, seu trauma e a transformação do pênis em significante fálico, que, retroativamente, o seio e as fezes, se tornarão, também eles, objetos fálicos, tornando-se assim, objetos no sentido psicanalítico. O seio que sempre propiciou a vivência da **falta**, do vazio, da impossibilidade expressa pela alternância presença/ ausência, ao ser libidinizado, se torna **perda**, objeto perdido, alimentando, assim como os demais objetos fálicos, a ilusão de um reencontro possível.

É no mesmo ato da constituição do objeto fálico, no período fálico/edípico, que o sujeito se constitui como sujeito a essa divisão entre a **fantasia** do reencontro do objeto perdido e o **real** de sua impossibilidade, entre a **fantasia da perda** e o **real da falta**. Sujeito, ele próprio apagado, espaço vazio, lugar colonizado pelo fálus significante, pura potência de significação. O sujeito do inconsciente, aquele com o qual a psicanálise lida, aquilo que é seu objeto, é lugar vazio, falta que impulsiona o desejo ao preço de uma perda de gozo.

Muito embora a constituição subjetiva se estabeleça a partir dos eventos do período edípico, sua possibilidade já está dada como marca, desde o nascimento. Ao ser recebida pela mãe, a criança representa algo para a ela. O nascimento da criança constitui o reencontro de algo de que a criança é o signo para a mãe. Signo, cujo sentido escapa à criança. O que exatamente represento para minha mãe? Eis o enigma que a criança se dedica a desvendar. Para ela, o signo materno está apagado, dele restando apenas o traço de sua unicidade, de sua condição de ser igual e diferente a qualquer outro traço, o que o transforma de signo que representa algo para alguém (a mãe), em significante da pura diferença, letra. O significante surge do apagamento do signo do qual resta apenas o traço da diferença pura⁵.

O ponto mais radical da identificação do sujeito é esse traço no Outro, marca do reencontro de um objeto do qual só resta a marca que inscreve como presença a ausência. Marca de uma privação que de saída já identifica o sujeito como foracluído⁶. O sujeito (-1) é a foraclusão já lá, antes, indicando a precedência da linguagem.

A primeira identificação, regida pela **privação**, convoca à repetição. O sujeito repete procurando reencontrar o unário primitivo, o objeto da primeira vez, mas dele só resta o **traço**. Sob a égide da **frustração** de um tal reencontro, demanda e desejo se reduzem um ao outro. A paixão invejosa produz a segunda identificação, agora com o **objeto do desejo** do outro. A **castração** é perda que produz a terceira e definitiva identificação subjetiva. Desta feita, o Outro não responde e a identificação se faz com o **desejo do Outro**. O sujeito que até aqui não era, agora já era, tornou-se desejo do desejo do Outro. Seu tempo é o futuro do pretérito. Está definitivamente identificado à falta, ao objeto que por faltar causa o desejo como falta-a-ser.

“A repetição é sempre repetição de uma decepção.”⁷ Trata-se de um “desapontamento reiterado na frustração da demanda”⁸ e verificado pela castração que, num processo metafórico, faz surgir o que falta. Sujeito é falta encarnada, corpo esburacado: desejo.

Se pudéssemos descrever sua trajetória de modo linear, diríamos que ela começa na falta de objeto que a privação inaugura, do qual só existe o traço para se identificar. Passa pela coalescência do desejo à demanda, quando a reiteração da frustração da demanda, leva à identificação do sujeito com o objeto do desejo do outro, para finalmente alcançar a castração, terceiro tempo da identificação subjetiva, momento em que a falta se transmuta em perda, mágica languageira que funda o desejo sustentado pela identificação do sujeito como desejo do desejo do Outro.

Todavia, o movimento de constituição subjetiva é circular. Ele retroage num tempo que lhe é próprio, descrevendo um percurso diferente da linearidade intuitiva: o seio inaugura a função simbólica, a vivência da alternância da presença e ausência da mãe, sua fala (a língua materna), a ressonância da língua ainda reduzida ao som dos

⁵ *Idem, ibidem*, Lição de 6 de dezembro de 1961.

⁶ *Idem, ibidem*, Lição de 07 de março de 1962.

⁷ Goldenberg, R., *Desler Lacan*, Instituto Langage, São Paulo, 2018. (página 165).

⁸ *Idem, Ibdem*.

fonemas, a atribuição de valor fálico da mãe a seu filho a revestir-lhe o corpo, libidinizando-o e, sobretudo, a frustração da demanda, frustração diante daquilo que se pede frente ao que se recebe, todo esse vasto conjunto, comandado pela linguagem, transmuta o desejo em demanda, de tal forma, que o que é desejo em um, vira demanda no outro, levando a criança a se identificar com o objeto do desejo do outro.

A castração como constatação da mãe desejante, introduzida pela entrada em cena da função paterna, faz surgir o que falta desde sempre, ao dar-lhe nome. Aqui surge o sujeito, no mesmo ato pelo qual desaparece em sua divisão constitutiva. Agora ele é desejo do desejo do Outro. Só então, o traço primitivo, o traço unário primitivo surge, apesar de ter estado sempre lá. O traço unário, ao acolher o significante desaparecido no processo metafórico, resíduo do apagamento do signo, torna-se significante puro, representante do sujeito para todo e qualquer outro significante, mestre de todas as articulações significantes daquela subjetividade. É aí que o nome próprio se enraíza. Não exatamente o prenome, produto de uma escolha consciente dos pais - ainda que também carregue o desconhecido do desejo que ele visa realizar - mas, acima de tudo, o sobrenome. Ele introduz o sujeito na linhagem paterna, consagrando a função do pai junto à mãe. O nome de família que o pai transmite à criança não é passivo de escolha. Ele não tem razão de ser e os designios que carrega e transmite, perdem-se na história da linhagem. Ao novo membro da família, caberá portá-lo e fazer algo com isso; há uma dívida simbólica apenas à transmissão do nome, apenas à castração. Tornar-se sujeito é identificar-se finalmente ao traço unário primitivo, uma marca que sempre esteve lá e que só agora com o drama da castração, se mostra marca de um objeto que **teria estado** lá. O sujeito é esse significante/objeto: fálus.

Campinas, 2018.